

## GT27: Como morrem as políticas públicas: etnografia de transições de governo e de (des) montagens políticas

Taniele Rui, Flávia Melo

Transições de governo se caracterizam pela escolha de políticas públicas a serem ou não continuadas. Porém, a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do país tem radicalizado esse processo. Mais do que o enfraquecimento, está em curso o desmonte de políticas públicas consolidadas em governos anteriores. E, embora mais evidentes e abrangentes no âmbito federal, também ocorrem nas outras esferas de governo (municipal e estadual), a depender de dinâmicas locais e articulações com a gestão federal. Mas, se esse processo pode ser atestado e denunciado - como muito se tem feito -, pouco se reflete de modo etnográfico sobre como morre uma política pública. Como se desmonta/monta um programa de governo? Como se erguem políticas sobre as que foram destituídas ou ajustadas às novas prioridades e programas de governo? Quais atores, técnicas, tecnologias e redes envolvidas nesse processo? Quais os campos de resistência e tensão? Como se verificam os desdobramentos do que foi interrompido? Que novas montagens se observam? Que continuidades se notam nesses processos? Como descrevê-los? Este GT convida trabalhos que, a partir de temas e pesquisas específicas, dedicaram atenção etnográfica a essas questões. Interessa-nos abordagens de políticas indigenistas, de saúde, educação, assistência social, segurança pública, gestão prisional, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras comprometidas com a descrição desses processos e inseridas no contexto dos últimos anos.

### Uma política do agressor externo

**Autoria:** Natã Souza Lima

Este trabalho surge como um excerto e minha pesquisa de doutorado sobre violências sexuais intrafamiliares no Amazonas, principalmente contra crianças e adolescentes. Um dos pontos de partida da pesquisa é a etnografia sobre como Estado e Comunidade lidam com os agressores sexuais, distinguindo-os a partir dos contextos e relações onde/contra quem as violências possam ter ocorrido. Entre meus registros, noto maior recorrência de agressões, linchamentos e assassinatos contra homens acusados de violências sexuais fora da família (ou seja, sem vínculo de parentesco com as vítimas). Contudo, os dados nacionais (Ministério da Saúde em 2018 e MMDFH em 2020), assim como os registros locais em órgãos da justiça e assistência social, demonstram que pelo menos 80% das violências sexuais ocorrem em família - com vínculos de parentesco entre agressores e vítimas. Com a posse de Bolsonaro em 2018, e a nomeação de Damares Alves para gerir o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), houve um apagamento das formas de registro dos dados estatísticos sobre violências sexuais, e principalmente, do registro dos vínculos entre agressores e vítimas, ao passo que houve maior investimento em cartilhas, diretrizes e operações que privilegiam a família como lugar da proteção e instauram uma "política do agressor sexual externo", na figura do "pedófilo" e produção de pânico morais (Lowenkron, 2015). É no exame das diferenças e aparentes contradições sobre quem são os "agressores sexuais", entre dados oficiais dos órgãos de justiça e assistência social, práticas cotidianas e políticas de gestão do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que se insere a presente proposta.

[Trabalho completo](#)

### 33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

#### Realização:



#### Apoio:



#### Organização:

